

12.

A Importância do Trabalho nos Construtos dos Jovens com Historial de Acolhimento Residencial

João Pedro Gaspar¹

Maria Fernanda Gaspar²

Andreia Ventura³

Inês Francisco⁴

Resumo

O trabalho configura-se como essencial para a autonomização, sobrevivência e inclusão social dos jovens ex-acolhidos⁵, mas a procura de emprego é mais difícil para este grupo face à população geral. Esta dificuldade resulta das características e consequências de vivências anteriores, durante e posteriores ao acolhimento residencial. Através de revisão bibliográfica, pretende-se explorar a importância do trabalho na vida dos jovens, em particular na dos ex-acolhidos, bem como os fatores que os deixam em desvantagem. Em simultâneo, tentou-se averiguar quais as maiores dificuldades e barreiras que estes jovens enfrentam na transição para a vida em autonomia. Afigura-se necessário investir na preparação dos jovens durante o acolhimento residencial, promovendo a sua autonomia através do desenvolvimento de competências. Parece-nos, também, que estes jovens devem ter maior acesso a recursos e sistemas de apoio, por forma a evitar situações de risco após a sua saída, promovendo transições favoráveis para a vida autónoma.

Palavras-chave: Trabalho; Jovens; Acolhimento Residencial; Autonomia.

The Importance of Work in Residential Care Leavers Constructs

Abstract

Work is essential to autonomization, survival and social inclusion of former foster care residents⁶, but job search is more difficult for this group compared to the general population. This difficulty results from their characteristics and consequences of previous experiences, during and after residential care. Through a literary review, we aim to explore the importance of work in every youngsters' life, particularly in former foster care residents, as well as factors and situations that leave them at a disadvantage. Simultaneously, we tried to find out what are the biggest difficulties and barriers that they face during their transition to autonomy. It's necessary to invest in preparing the youngsters during residential care, promoting their autonomy through skills development. It also appears to us that these youngsters should have greater access to resources and support systems, in order to avoid risky situations after leaving residential care and promoting favorable transitions into autonomy.

Keywords: Work; Youngsters; Foster Care; Autonomy.

¹ Doutoramento; CEIS20_UC - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX; IPCDHS_UC - Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social; PAJE - Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos. E-mail: jpgaspar@paje.pt

² Mestrado; IPCDHS_UC - Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social; PAJE - Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos. E-mail: fernandagaspar.consulta@gmail.com

³ Mestrado; PAJE - Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos. E-mail: andreia.f.ventura.28@gmail.com

⁴ Mestrado; PAJE - Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos. E-mail: ines.mdfr@gmail.com

⁵ Em Portugal, uma das medidas de proteção dos direitos da criança passa pela retirada à família e colocação em Casa de Acolhimento.

⁶ In Portugal, one of the measures to protect the rights of the child is removal from the family and placement in a foster home.

O trabalho na atualidade

As alterações sociais, demográficas e económicas (*e.g.*, transformações no mercado de trabalho, alargamento da tipologia das profissões, níveis da formação mais elevados, necessidade de atualização profissional constante, horários de trabalho mais alargados) vividas nas últimas décadas fazem-se acompanhar de um conjunto de exigências crescentes colocadas aos indivíduos, às famílias, às organizações e à sociedade em geral (Andrade, 2015). Estas alterações começaram a refletir-se no âmbito do mercado de trabalho nos países ocidentais a partir dos anos 70, tendo-se passado de uma posição de estabilidade para um aumento do desemprego global, com crescentes dificuldades de inserção laboral dos jovens saídos da escola e com o surgimento de novas formas de trabalho predominantemente ocupadas por esses mesmos jovens, num contexto marcado pelo fim da relação linear entre oportunidades educativas e oportunidades sociais (Guerreiro & Abrantes, 2007).

Efetivamente, o papel do trabalho na sociedade e na vida de cada um é um tema que tem vindo a ser estudado por diversos autores, os quais, recorrentemente, apontam os aspetos positivos e os aspetos negativos do indivíduo ter um trabalho.

Apesar da tendência para se destacar a importância da remuneração, a verdade é que de entre os aspetos positivos do sujeito ter um trabalho destaca-se o seu grande contributo para a saúde mental. Tal deve-se ao desenvolvimento e ao treino de competências pessoais, à assunção de responsabilidades, ao estabelecimento de rotinas e às interações sociais, as quais propiciam a partilha de experiências e de oportunidades de comparações sociais que irão ter impacto positivo no autoconceito (Warr, 1982) diminuindo o isolamento social e contribuindo, assim, para o aumento da autoestima e da satisfação com a vida (Schur, 2002). Por outro lado, o trabalho também é uma componente importante na formação da identidade social, facultando ao indivíduo um estatuto dentro das organizações – além do sentimento de pertença –, uma vez que este tem direitos e deveres associados, fazendo-o sentir que está a desempenhar um papel importante na sociedade (Schur, 2002; Warr, 1982).

O facto de se ter um trabalho, contudo, também apresenta ou pode apresentar alguns aspetos negativos, sobretudo a nível psicológico. A falta de diversidade, atratividade, exigência e perigosidade das tarefas; o conflito e a ambiguidade de papéis; a sobrecarga e/ou as más condições de trabalho são exemplos desses pontos negativos, por muitos autores considerados eventos indutores de *stress* (Griffin, 1999; Lambert, Hogan, Paoline, & Clarke, 2005; Warr, 1982). Apesar disso, os estudos indicam que a grande maioria das pessoas afirma que continuaria a trabalhar mesmo que não pudesse, o que vem

corroborara crença que os aspectos positivos de ter um trabalho superam os aspectos negativos. É neste sentido, também, que alguns estudos demonstram que os indivíduos desempregados, quando comparados com os indivíduos com emprego, revelam piores resultados em vários indicadores de saúde mental, com diferenças significativas em sintomas depressivos, sintomas de ansiedade, sintomas psicossomáticos, bem-estar subjetivo e autoestima (Jackson, Stafford, Banks, & Warr, 1983; Montgomery, Cook, Bartley, & Wadsworth, 1999; Paul, Geithner, & Moser, 2009; Uutela, 2010), sendo que essas consequências apresentam-se maiores quanto maior é a duração do desemprego (Silva, Cardoso, Saraceno & Caldas de Almeida, 2015). Incluídos neste estudo estão os jovens a que vivenciam situações de insegurança laboral (TenHave, Van Dorsselaer, & De Graaf, 2015) e de insegurança financeira (Sundar, 1999), habitualmente no início da sua vida profissional, as quais parecem estar significativamente associadas ao risco de desenvolvimento de problemas de saúde mental.

Apesar da proclamada igualdade de oportunidades no discurso social e político, nem todos os jovens têm as mesmas possibilidades de acesso às oportunidades de formação e de profissão, sendo, em muitos casos, um privilégio que resulta de se ter nascido num determinado contexto sociocultural ou de se pertencer a uma família com um determinado estatuto socioeconómico (Gonçalves & Coimbra, 2007). No entanto, o desemprego, a precariedade laboral, as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e, sobretudo, ao primeiro emprego podem afetar todos os jovens, ainda que de formas e intensidades diferentes, acabando por caracterizar a condição laboral de uma parcela importante desta população (Gonçalves, Parente, & Veloso, 2001; Korman Dib & Castro, 2010). É neste sentido que se afirma que, atualmente, a relação dos jovens com o sistema de emprego é pautada por uma sucessão de trabalhos precários e provisórios, intercalados com momentos de formação ou de desemprego (Pais, 2001). Tudo isto assume especial importância num contexto em que os jovens consideram que a conquista da independência financeira, normalmente adquirida através da obtenção e manutenção de um emprego, é o passo principal para a transição para a vida adulta, constituindo a base para todas as outras transformações envolvidas nessa mesma transição (Arnett, 1998; Guerreiro, 1998; Guerreiro & Abrantes, 2007).

Além da importância da conquista da independência financeira e da autonomia, fundamentais para a melhoria do autoconceito e da autoestima, importa referir que, para muitos jovens, ter um trabalho é fundamental para que se sintam respeitados no seio da comunidade onde estão inseridos. Num estudo exploratório que avaliou a importância do trabalho para jovens em situação de pobreza, vulnerabilidade social e violência, os

sujeitos realçaram a importância do trabalho como forma de ocupar o tempo e a mente, o que os impedia de pensar em ter comportamentos ilícitos (Garcia Castro & Abramovay, 2002).

Uma ideia recorrente entre os jovens é a de que o início da atividade profissional, ou seja, a primeira integração no mercado de trabalho, se apresenta como particularmente problemática, acarretando sentimentos de preocupação e insatisfação, num ambiente de pessimismo generalizado (Guerreiro & Abrantes, 2007). De facto, é difícil para os jovens prever quando é que irão encontrar o seu primeiro emprego ou saber quantas diferentes atividades terão de desempenhar até alcançarem esse mesmo emprego, não sabendo quanto tempo o irão conseguir manter e se essas atividades/emprego, e/ou os que se seguirão, estarão relacionados com a sua área de formação académica ou profissional (Azevedo, 1999).

Guerreiro e Abrantes (2007), ao entrevistarem 40 jovens portugueses, verificaram que, para alguns deles, o primeiro emprego permitiu que começassem, de facto, a construir uma carreira, funcionando como alavanca de integração progressiva no mercado de trabalho, conduzindo posteriormente à obtenção de empregos efetivos e com melhores condições, aproximando-se, cada vez mais, das suas expectativas e/ou ambições. Para outros, essa experiência profissional foi apenas a primeira de uma série de ocupações precárias e temporárias que desempenharam, muitas vezes em áreas diversas, intercaladas com períodos de desemprego e que não conduziram à tão ambicionada promoção profissional. A proliferação dos estágios e da modalidade de trabalhador independente (sistemas de “recibos verdes”⁷), aliada a uma enorme proporção de trabalho clandestino e temporário, contribuem para que grande parte dos jovens obtenha trabalhos precários, com poucas condições presentes ou perspectivas de futuro e transitem entre eles por um período cada vez mais longo, adiando indeterminadamente projetos de vida que envolvam alguma segurança e estabilidade. Estes sistemas, por vezes aplicados em situações de trabalho regular e continuado e em contextos qualificados, dão origem a trabalhadores precários que não dispõem na íntegra de direitos e de proteções, uma vez que os seus benefícios são menores e a própria possibilidade de usufruir deles é, muitas vezes, colocada em risco, devido ao medo permanente de despedimento imediato sem justa causa ou indemnização (Smithson, Lewis, & Guerreiro, 1998; Rebelo, 1999; Guerreiro & Abrantes, 2007). Desta forma, desenvolvem-se e aumentam sentimentos de incerteza e de insegurança que, como referido anteriormente, poderão ter impacto negativo na saúde mental dos jovens que experienciam estas situações.

⁷ Regime precário e sem vínculo contratual.

O trabalho na atualidade para quem viveu em acolhimento residencial

A saída do acolhimento residencial é um momento de grande importância na vida dos jovens acolhidos, sendo que, normalmente, segue-se um período de grande vulnerabilidade e fragilidade, onde eles deixam de viver sob a alçada da Casa que os acolheu e dos seus cuidadores – muitas vezes figuras significativas, e começam a sua vida autónoma. Durante esta transição, que irá moldar o futuro dos jovens a vários níveis, o apoio que eles recebem, seja este monetário, alojamento, aconselhamento ou outro (do Estado, da família e/ou de amigos), vai influenciar as decisões e a forma como lidam com situações difíceis. Por outro lado, o sentido de identidade destes jovens é grandemente influenciado pela experiência do acolhimento, facto que contribui para que durante a sua transição o jovem se possa sentir de alguma forma excluído da sociedade (Arnau-Sabatés & Gilligan, 2015).

Embora não haja muitos dados nacionais, de resto este artigo baseia-se em registos internacionais – países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) –, a procura de trabalho e habitação são duas grandes prioridades para os jovens quando ocorre a sua saída do acolhimento, sendo essenciais para o seu bem-estar físico e emocional. Um estudo realizado por Santos (2010), que avaliou 15 indivíduos que viveram em regime de acolhimento residencial prolongado, apurou que, após a saída da Casa de Acolhimento, um dos seus principais objetivos assentava exatamente na procura de trabalho, uma vez que alguns deles ficaram entregues a si mesmos, estando a sua subsistência dependente deles próprios. Sendo que uma parte deles se encontrava empregada, embora detendo trabalhos, de um modo geral, pouco qualificados, para os restantes, foram sentidas algumas dificuldades como a demora em encontrar trabalho e sentimentos de discriminação social aquando dessa procura. Muitos deles acabaram, assim, por passar por diversas experiências de trabalho precárias, mal remunerados e que não ofereciam condições de estabilidade profissional (*e.g.*, restauração, construção civil), o que os levava a permanecer lá pouco tempo e a procurar um segundo ou terceiro emprego para conseguirem alguma estabilidade e independência financeira. Para estes jovens, o trabalho constituía essencialmente uma fonte de rendimento económica que lhes permitia assegurar a sua subsistência, pagar as suas despesas e responder às suas necessidades e responsabilidades, adquirindo a sua independência e autonomia financeiras.

Salientando que todos os acontecimentos de vida influenciam a personalidade do indivíduo, a experiência do jovem antes da entrada no acolhimento, o ambiente e o contexto em que a criança/jovem cresce e vive irão, também, interferir com a sua tomada de decisão no pós-acolhimento, podendo continuar a ter um impacto negativo na idade

adulta, levando a que, mais tarde, tenham piores resultados também ao nível do seu percurso profissional (Dixon, 2012). Estas dificuldades, em especial quando não são encaradas como problemas e não são alvo de uma intervenção apropriada durante o acolhimento, continuam a assombrar o jovem durante a sua transição, levando muitas vezes a comportamentos de risco, que por sua vez levam a dificuldades em assumir responsabilidades e cumprir horários, características essenciais para se conseguir e manter um trabalho (Mendes, 2009). Estas crianças e jovens arcam ainda com outros desafios quando entram para o acolhimento, pois a retirada da família de origem pode causar sentimentos de perda e abandono, ansiedade de separação, raiva e tristeza, o que contribui para que surjam problemas de auto e hetero-confiança e de relacionamento, o que dificulta novas conexões, nomeadamente na Casa de Acolhimento, e em especial com os adultos (Maluccio, Krieger, & Pine, 1990).

Mudar de Casa de Acolhimento com frequência é também um preditor para resultados negativos ao nível da carreira profissional. Estas mudanças podem prender-se com questões de necessidade de proximidade ou afastamento geográfico da família, características da Casa – apenas até algum escalão etário –, ou, em muitos casos, problemas comportamentais e histórico de episódios violentos dentro da Casa. Esta instabilidade ao longo da infância e adolescência, normalmente acompanhada de mudanças de escola e de cuidadores, leva a que os jovens tenham mais dificuldade em acompanhar os seus pares ao nível da educação e do desenvolvimento social, acarretando perda de oportunidades que poderiam facilitar, mais tarde, a sua transição para a vida em autonomia (Broad, 2007). Pelo contrário, um acolhimento estável, sem mudanças recorrentes, em que os jovens têm relações positivas com os cuidadores e outros adultos significativos, resulta numa transição mais equilibrada e prevê melhores resultados no que diz respeito ao seu percurso profissional (Stein, 2004).

Outro fator que merece destaque é o aconselhamento de carreira que os jovens recebem, quer este aconteça na escola, na Casa onde residem ou depois da sua saída do acolhimento. Os jovens devem ser incentivados e apoiados durante e após o acolhimento no seu percurso escolar e profissional, por exemplo através de um ambiente seguro e com recursos, de forma a que possam competir no mercado de trabalho, deixando de constituir um grupo em situação de vulnerabilidade social e em desvantagem (Santos, 2010; Silva, Oliveira & Marques, 2019).

De acordo com Arnau-Sabatés e Gilligan (2015), as experiências de trabalho durante o período em que se encontram em acolhimento residencial, influenciam o percurso profissional dos jovens. Quando estes têm experiências de trabalho no decorrer

do acolhimento obtém melhores resultados ao longo da sua carreira profissional, uma vez que o facto de terem uma experiência de trabalho positiva quando ainda são apoiados pelos cuidadores e pela Casa de Acolhimento melhora o seu sentido de autoeficácia e autoconfiança. Por outro lado, ajuda-os a gerir melhor o tempo, a aprimorar o sentido de responsabilidade e, conseqüentemente, a melhorar a autoestima. O trabalho durante o acolhimento também pode ser útil no sentido de criar oportunidades e contactos que os podem ajudar a conseguir um emprego mais tarde. Estas competências adquiridas em contexto do trabalho durante o acolhimento contribuem para atenuar níveis de dependência e de inadequação quando iniciam a sua vida autónoma. Uma experiência positiva de trabalho vai também fazer com que a identidade do jovem não seja influenciada apenas pela sua experiência do acolhimento (Gilligan, 2008). Apesar de nem todas as Casas de Acolhimento permitirem que os seus jovens tenham um emprego/trabalho, no plano de atividades desenvolvido por algumas⁶ já se insere uma atividade relativa a simulação de técnicas de procura de emprego, que pode englobar a elaboração de uma carta de apresentação e/ou do *curriculum vitae*, de preparação para uma entrevista de emprego, de informação sobre *sites* de ofertas de emprego, esclarecimento sobre o que é ter um trabalho e sobre os direitos e deveres enquanto trabalhador. Estas atividades têm sempre como pressuposto que a procura de emprego é trabalhosa e deve ser feita com base na reflexão sobre as competências, as qualificações, as experiências, os gostos e os interesses de cada um (Pires, 2011).

A saúde mental é também um fator de grande relevância na procura de trabalho. De acordo com o estudo realizado por Wade e Dixon (2006), jovens com problemas a nível emocional e/ou comportamental têm mais dificuldades em conseguir obter e/ou manter um emprego depois da saída do acolhimento. No entanto, quando estes jovens tinham uma experiência de acolhimento positiva, com menos mudanças e uma transição mais estável, acabavam por ter uma carreira profissional mais bem-sucedida.

Existe, também, uma diferença acentuada entre os resultados de carreira dos jovens em acolhimento residencial e os jovens em acolhimento familiar, sendo que os segundos têm menor probabilidade de experienciar situações de desemprego após a sua autonomização. Dixon (2012) conclui que isto se deve ao facto de estes receberem mais apoio e atenção de adultos significativos do que os jovens em acolhimento residencial. É comum haver um apoio contínuo por parte da família de acolhimento mesmo depois da saída do jovem, facto que contribui para o sucesso e estabilidade do jovem na sua vida autónoma (Allen, 2003), o que nos sugere a existência de um programa

⁶ A Plataforma PAJE (explicitada adiante) inclui nas suas propostas de boas práticas.

de *follow-up* para as Casas de Acolhimento no sentido de minimizar as agruras das transições para a autonomia.

Outro elemento significativo para o sucesso da autonomização dos jovens é a idade com que saem do acolhimento. De um modo geral, quanto mais tarde ocorre a saída, mais bem preparados estão para a vida em autonomia, dado que ao terem um suporte mais prolongado podem ter a oportunidade de concluir o seu percurso académico e apoio na procura de trabalho e habitação, o que contribuirá para que sejam mais bem-sucedidos na vida pessoal e na carreira profissional (Biehal, Clayden, Stein, & Wade, 1995). Pelo contrário, os jovens que saem mais cedo do acolhimento, muitas vezes de forma precipitada, podem não ter uma rede de suporte que os ajude na transição, pelo que há uma maior probabilidade de terem menos qualificações, muitos deles não chegam a terminar a escolaridade obrigatória, o que vai afetar negativamente o início do seu percurso profissional. Em suma, quanto mais cedo os jovens saem do acolhimento, maior a possibilidade de ficarem em situação de desemprego ou de não conseguirem manter um emprego a médio/longo prazo e que garanta a sua subsistência, levando a que alguns destes jovens acabem por passar pela condição de sem abrigo (Wade & Dixon, 2006).

Após a saída do acolhimento, o principal motivo do abandono escolar destes jovens é a falta de recursos financeiros e a necessidade de priorizar a procura de um trabalho para se poderem sustentar. Muitas vezes, a decisão de abandonar o processo escolar ou de formação profissional é facilitada pelo facto de, devido a não terem tido um aconselhamento de carreira adequado, estarem inseridos em cursos profissionais que não gostam, não tendo interesse ou motivação para os terminar. A situação de absentismo e abandono escolar leva a que as taxas de desemprego entre os jovens ex-acolhidos sejam muito mais elevadas do que na população geral, sendo que, mesmo anos após a saída do acolhimento, esta diferença continua a ser pronunciada (Wade & Dixon, 2006). Apesar de alguns jovens reconhecerem as regras e as rotinas da Casa de Acolhimento como algo essencial à sua formação e referirem que o acolhimento lhes permitiu a aquisição de competências pessoais, sociais, económicas e profissionais (Costa, Santos, & Vieira, 2019), Carneiro (2005) refere que os jovens, mesmo os que abandonam as Casas de Acolhimento apenas quando atingem o limite de idade legal, não possuem as competências necessárias para se enquadrarem na sociedade. Segundo este autor, esta falta de competências sociais e de autonomização reflete-se de forma menos positiva a nível pessoal, profissional e familiar. A título de exemplo, estes jovens não estão preparados para viver sozinhos e a sua integração no mundo do trabalho acaba por ser dificultada pela falta de qualificações, que não lhes permitem ter acesso a trabalhos mais bem remunerados e com mais

benefícios. Acresce o facto de muitas vezes desconhecerem as leis laborais, os seus direitos e os seus deveres e de não terem capacidade para negociar contratos de trabalho que os favoreçam, o que faz com que partam, desde logo, de uma posição de desvantagem (Wade & Dixon, 2006).

O estudo de Dixon (2012) conclui, então, que, para reduzir o desemprego entre os jovens ex-acolhidos e promover transições positivas para a vida em autonomia, é importante, ao longo do acolhimento, dar resposta às necessidades dos jovens, sejam elas de saúde física ou psicológica, estimular a escolaridade de uma forma positiva, motivando-os por forma a evitar o absentismo e/ou abandono escolar e, conseqüentemente, os sentimentos de exclusão social. Atividades educativas e de formação nas Casas de Acolhimento revelam-se decisivas e constituem uma vantagem para os jovens acolhidos, dado que são uma condição essencial para a sua futura integração socioprofissional; estas atividades podem fazer toda a diferença nas suas vidas uma vez que podem não estar facilmente acessíveis na sua comunidade (Carvalho & Cruz, 2015). De salientar que o acolhimento deve ser o mais estável possível, evitando-se mudanças e, se possível, mantendo os jovens no acolhimento até estarem verdadeiramente preparados para a sua autonomização.

No seguimento desta temática e na sequência da tese de doutoramento “Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados” (Gaspar, 2015), surge a Plataforma PAJE - Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, em 2016. No âmbito de um projeto de investigação-ação e fruto de mais de quinze anos de trabalho de campo com jovens em Casas de Acolhimento, tendo como particularidade, o seu acompanhamento após a sua saída para a vida autónoma, esta Associação tem como principal objetivo apoiar os jovens que viveram em acolhimento residencial. Para o estabelecimento deste objetivo, foi fulcral a experiência dos anos de trabalho e a observação das dificuldades que os jovens encontram ao saírem das Casas de Acolhimento, sem a vivência normativa na família, muitas vezes desprovidos de conhecimentos e competências que lhes permitam a autonomização e a transição eficaz para os contextos sociais, familiares e profissionais, tornando-os cidadãos ativos (Gaspar, Gaspar, & Elias, 2017).

Ao dar expressão organizada ao dever de solidariedade e de justiça social entre os indivíduos que em crianças foram vítimas, a PAJE procura especificamente orientar, apoiar e formar jovens e adultos com vivência de acolhimento residencial, promovendo uma autonomização bem-sucedida, transições favoráveis e inclusão social. Além de evitar a exclusão e promover a inclusão social e laboral, a PAJE proporciona também apoio em

situações burocráticas do quotidiano (*e.g.* IRS, arrendamento, direitos do trabalho, apoios sociais, procura de trabalho/formação), pretendendo combater o desconhecimento relativamente ao funcionamento de instituições (*e.g.* de saúde, financeiras, segurança social).

Além da dificuldade em encontrar trabalho, os jovens que procuram o apoio da PAJE tendem também a relatar dificuldades em manter um trabalho. Estas dificuldades verificam-se sobretudo devido à falta de motivação, à falta de responsabilidade (muitas vezes associada às suas fragilidades cognitivas), à falta de experiência e à falta de conhecimentos obtidos através da comunicação e da partilha quotidiana e informal de experiências, durante o acolhimento. Destaca-se o facto de se verificar nestes jovens um enorme desconhecimento das leis laborais, nomeadamente dos seus direitos sociais (*e.g.*, desemprego, subsídio de doença, incapacidade), o que, em grande medida, não ajuda a restituir-lhes a dignidade a que têm direito. A PAJE, que já apoiou cerca de meia centena de jovens na procura e obtenção de emprego, através de parcerias com entidades empregadoras, acompanha o desempenho destes jovens no trabalho, o que tem acrescentado estabilidade na manutenção do mesmo. Para isso concorrem os trabalhos levados a cabo pela PAJE no reforço do cumprimento de horários, responsabilidade profissional, ética laboral, respeito pelas hierarquias, entre outros.

Com três anos de existência, a experiência desta Associação – que já apoia mais de 150 jovens de todo o país –, vem corroborar os dados de Santos (2010) que, ao entrevistar indivíduos que viveram em acolhimento, constatou que alguns deles identificaram dificuldades no seu percurso profissional que parecem ter resultado de algumas das suas características individuais e comportamentais, nomeadamente pouca tolerância, impulsividade, insegurança e dificuldade de adaptação a situações novas, mas também das poucas/fracas competências que transportam consigo aquando da saída do acolhimento e que deveriam ter sido desenvolvidas em sede própria – Casa de Acolhimento.

Conclusão

Os jovens no geral sentem que o mercado de trabalho é cada vez mais instável. Este quesito pode ser combatido através de medidas que diminuam a instabilidade, mas, igualmente através da preparação dos jovens para saberem gerir essa mesma instabilidade (Fonseca, 1998) e sentimentos negativos que daí advenham. Ora, tal preparação deve ser feita também nas Casas de Acolhimento uma vez que os jovens acolhidos irão encontrar tantas ou mais dificuldades do que os restantes jovens no acesso e dentro do mundo do trabalho. Por tudo o que já foi descrito é possível afirmar que a população jovem se encontra em dificuldades no que diz respeito à integração no mercado de

trabalho e à criação e manutenção de uma carreira profissional. Assim, tudo aponta para que os jovens que viveram em situação de acolhimento, frequentemente com características pautadas por dificuldades de regulação emocional e fragilidades a nível cognitivo, sem retaguarda familiar ou com redes sociais frágeis, desconhecendo o funcionamento das organizações e das leis laborais, vivenciem estas dificuldades de forma acrescida.

Convergente com outros estudos, pode concluir-se que a preparação dos jovens para o mercado de trabalho e para a sua autonomia deve começar a ser feita ainda durante o acolhimento. A promoção da autonomia de jovens em acolhimento residencial deve assentar na promoção e desenvolvimento de competências pessoais, sociais, emocionais, relacionais e profissionais que, conseqüentemente, terão impacto no seu percurso profissional, mas também no fomento de aprendizagens tais como a gestão financeira e doméstica e a procura de trabalho (Costa, Tomás, Luís, Rodrigues, Malheiro, & Gonçalves, 2015; Gonçalves, 2013; Ribeiro, 2008; Silva, Araújo, & Taveira 2011). Ressalva-se que este apoio deve ir para além da mera informação, principalmente no que concerne à procura de habitação, de trabalho e no restabelecimento de ligação com a família, assim como na procura de recursos ou sistemas de apoio que protejam e salvaguardem estes jovens, que se encontram em potenciais situações de risco. Considera-se, pois, de extrema importância que eles sejam muito bem preparados para todos os pontos referentes ao primeiro desemprego (Courtney, Piliavin, Grogan-Kraylor, & Nesmith, 2001; Forsman & Vinnerljung, 2012; Santos, 2010).

Referências

- Allen, M. (2003). *Into the mainstream: Care leavers entering work, education and training*. York: Joseph Rowntree Foundation.
- Andrade, C. (2015). Trabalho e vida pessoal: exigências, recursos e formas de conciliação. *Dedica: Revista de Educação e Humanidades*, 8, 117-130.
- Anghel, R., & Beckett, C. (2007). Skateboarding behind the EU lorry – The experience of Romanian professionals struggling to cope with transition while assisting care leavers. *European Journal of Social Work*, 10(1), 3-19.
- Arnau-Sabatés, L., & Gilligan, R. (2015). What helps young care leavers to enter the world of work? Possible lessons learned from an exploratory study in Ireland and Catalonia. *Children and youth services review*, 53, 185-191.
- Arnett, J. J. (1998). Learning to stand alone: The contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development*, 41, 295-315.
- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta: Escola, trabalho e profissão*. Porto: Edições Asa.
- Biehal, N., Clayden, J., Stein, M., & Wade, J. (1995). *Moving on: Young people and leaving care schemes*. London: H.M.S.O.
- Broad, B. (2007). *Care leavers in transition*. Leicester: De Montfort University.
- Carneiro, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa – Um projeto de Esperança*. Cascais: Principia.

- Carvalho, M. J. L., & Cruz, H. (2015). Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa A., Tomás, C., Luís, E., Rodrigues, L., Malheiro, M., & Gonçalves, S. (2015). *Processos e práticas de autonomia com crianças e jovens em acolhimento: uma experiência no Lar de Infância e Juventude Oficina de S. José, Braga*. *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, P., Santos, R., & Vieira, R. (2019). Experiências de acolhimento residencial e (re)construção identitária dos sujeitos acolhidos. *Configurações*, 23, 53-72.
- Courtney, M., Piliavin, I., Grogan-Kraylor, A., & Nesmith, A. (2001). Foster youth transitions to adulthood: A longitudinal view of youth leaving care. *Child Welfare League of America*, 80(6), 685-717.
- Dixon, J. (2012). Obstacles to participation in education, employment and training for young people leaving care. *Social Work and Social Sciences Review*, 13(2), 18-34.
- Fonseca, P. (1998). Jovens, emprego e vida familiar: que futuro? In M. D. Guerreiro, (Coord.), *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades* (pp. 235-238). Lisboa: CIES/ISCTE.
- Forsman, H., & Vinnerljung, B. (2012). Interventions aiming to improve school achievements of children in out-of-home care: A scoping review. *Children and Youth Services Review*, 34(6), 1084-1091.
- Garcia Castro, M., & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 143-176.
- Gaspar, J. P. (2015). *Os desafios da autonomização – estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados* (Ed. 1). Porto: Euedito.
- Gaspar, M. F., Gaspar, J. P., & Elias, A. (2017). Desafios da Autonomização em Jovens (Ex) Acolhidos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8(1), 187-203.
- Gilligan, R. (2008). Promoting Resilience in Young People in Long-Term Care – The Relevance of Roles and Relationships in the Domains of Recreation and Work. *Journal of Social Work Practice*, 22(1), 37-50.
- Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2007). O Papel dos Pais na Construção de Trajectórias Vocacionais dos seus Filhos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8(1), 1-17.
- Gonçalves, C. M., Parente, C., & Veloso, L. (2001). Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 11, 31-94.
- Gonçalves, S. (2013). *Jovens Institucionalizados: objetivos e valores de vida* (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade do Minho). Texto recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30715>
- Griffin, M. (1999). The influence of organizational climate on detention officers' readiness to use force in a county jail. *Criminal Justice Review*, 24, 1-26.
- Guerreiro, M. D. (1998). Transição para a vida adulta dos jovens portugueses. In M. D. Guerreiro (Coord.), *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades* (pp. 121-130). Lisboa: CIES/ISCTE.
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2007). *Transcrições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Jackson, P. R., Stafford, E. M., Banks, M. H., & Warr, P. B. (1983). Unemployment and psychological distress in young people: The moderating role of employment commitment. *Journal of Applied Psychology*, 68(3), 525-535. doi:10.1037/0021-9010.68.3.525
- Korman Dib, S., & Castro, L. (2010). O trabalho é projeto de vida para os jovens? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 1-15.

- Lambert, E. G., Hogan, N. L., Paoline, E. A., & Clarke, A. (2005). The impact of role stressors on job stress, job satisfaction, and organizational commitment among private prison staff. *Security Journal*, 18(4), 33-50.
- Maluccio, A., Krieger, R., & Pine, B. (1990). Adolescents and their preparation for life after foster family care: An overview. In A. Maluccio, R. Krieger, & B. Pine (Ed.), *Preparing adolescents for life after foster care: the central role of foster parents* (pp. 5-17). Washington D.C.: Child Welfare League of America.
- Mendes, P. (2009). Young people transitioning from state out-of-home care: Jumping hoops to access employment. *Family Matters*, 83, 32-38.
- Montgomery, S., Cook, D., Bartley, M., & Wadsworth, M. (1999). Unemployment predates symptoms of depression and anxiety resulting in medical consultation in young men. *International Journal of Epidemiology*, 28(1), 95-100.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.
- Paul, K., Geithner, E., & Moser, K. (2009). Latent deprivation among people who are employed, unemployed, or out of the labor force. *The Journal of Psychology*, 143(5), 477-491. doi:10.3200/JRL.143.5.477-491
- Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas* (Relatório de Estágio de Educação Social da Escola Superior de Educação de Bragança). Texto recuperado de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/6856>
- Rebelo, G. (1999). *A (In)Adaptação no Trabalho – Uma Perspetiva Sociorganizacional e Jurídica*. Oeiras: Celta Editora.
- Santos, M. A. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, não publicada).
- Schur, L. (2002). The Difference a Job Makes: The Effects of Employment among People with Disabilities. *Journal of Economic Issues*, 36(2), 339-347. doi:10.1080/00213624.2002.11506476
- Silva, A. D., Araújo, A., & Taveira, M. C. (2011). Tailoring career education and counseling for Portuguese foster-youth. In *5th International Technology, Education and Development Conference* (pp. 1966-1972). Valencia: IATED.
- Silva, A. D., Oliveira, K., & Marques, C. (2019). Autonomização de jovens em acolhimento residencial: Discursos e significados. *Configurações*, 23, 14-30.
- Silva, M., Cardoso, G., Saraceno, B., & Caldas de Almeida, J. (2015). A saúde mental e a crise económica. In P. Santana (Coord.), *Território e Saúde mental em Tempos de Crise* (pp. 61-74). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Smithson, J., Lewis, S., & Guerreiro, M. D. (1998). Perceções dos jovens sobre a insegurança no emprego: Implicações no trabalho e na vida familiar. In M. D. Guerreiro (Coord.), *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades* (pp. 153-160). Lisboa: CIES/ISCTE.
- Stein, M. (2004). *What Works for Young People Leaving Care?* Ilford: Barnardos.
- Sundar, M. (1999). Suicide in farmers in India. *The British Journal of Psychiatry*, 175(6), 585-586. doi:10.1192/bjp.175.6.585c
- Ten Have, M., Van Dorsselaer, S., & De Graaf, R. (2015). The association between type and number of adverse working conditions and mental health during a time of economic crisis (2010-2012). *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 50(6), 899-907. doi:10.1007/s00127-015-1009-2
- Utela, A. (2010). Economic crisis and mental health. *Current Opinion in Psychiatry*, 23(2), 127-130. doi:10.1097/YCO.0b013e328336657d
- Wade, J., & Dixon, J. (2006). Making a home, finding a job: investigating early housing and employment outcomes for young people leaving care. *Child & family social work*, 11(3), 199-208.
- Warr, P. B. (1982). Editorial: Psychological aspects of employment and unemployment. *Psychological Medicine*, 12, 7-11.

